

“Não existe doce ruim, nem cabra bom” – a invenção de um conceito para os trabalhadores do Cariri Cearense, século XIX

ANA SARA RIBEIRO PARENTE CORTEZ IRFFI*

É possível afirmar que o termo *cabra* pode ter sido tornado em um conceito? É factível pensar que ao longo do século XIX, ou mesmo, no espaço de tempo em que se tenta definir um conteúdo para a nação brasileira, uma categoria de trabalhadores foi continuamente definida de acordo com parâmetros situacionais históricos, de forma a assumir, ou mesmo agregar, novas e diferentes definições? Como é possível inferir que o termo *cabra*, já expressando alguns significados, passou a designar uma determinada parcela dos trabalhadores sul cearenses, ou mesmo nordestinos? Se assim for, em que medida pode um termo ser carregado de significados de maneira a tornar-se uma polissemia?

A referência ao *cabra* na historiografia cearense mais recente acontece na narrativa de determinados acontecimentos, ligados à parte sul do Estado, sobretudo relacionada aos trabalhadores. Frederico de Castro Neves (2002: 87), ao discorrer acerca da seca na História do Ceará, citou que em 1914, na chamada Sedição de Juazeiro,

as tropas formadas pelos sertanejos partidários de Pe. Cícero rapidamente avançaram pelo território entre o Cariri e a capital, chegando até as cidades periféricas, como Pacatuba e Maranguape, que foram impiedosamente saqueadas pelos “cabras” armados.

Marcelo Camurça (2012: 36 - 62), se referindo ao Cariri do período da Revolução de 1914, apontou que “pelo lado do conflito, as invasões e ameaças de invasões entre seus municípios pelos seus chefes políticos e seus exércitos de ‘cabras’ para deposição do poder da facção adversária”. E ainda aqui se faz mister registrar uma outra exceção nesses eventos de sublevação, como a dos setores populares rabelistas de Fortaleza, também distinta da dinâmica das disputas interoligárquicas, e povoaram de jagunços e ‘cabras’ os dois lados da contenda.

Tanto em um como n’outro autor, a citação do *cabra*, assim como em nossa tese, vem evidenciada do restante do texto. Ao longo do tempo, sobretudo do século XX, a alusão a esse termo foi realizada necessariamente com destaque nas narrativas. Não como sinal de incomodo, ao utilizar a palavra, mas mostrando, ainda que de forma indireta, que se trata de

* Professora efetiva da Universidade Federal do Ceará e Doutoranda em História Social - Universidade Federal do Ceará.

um termo carregado de significados e com um contexto histórico. Trata-se, portanto, de um conceito.

Entretanto, de que maneira pode uma palavra tornar-se um conceito?

Em primeira análise, é possível observar que a própria questão já aponta possibilidades de discussão: a transformação de um estado em outro indica um *processo*. Este termo, por sua vez, relaciona-se a ideia de ação, pressupondo, necessariamente, a mudança, bem como a passagem do tempo, imprescindível para o acontecimento. Todos esses termos: ação, mudança e tempo, indicam que esse *processo* só tem sentido se pensado a partir de uma dimensão histórica. Sendo assim, é possível inferir que para uma palavra se tornar – ou, ser tornada – em conceito é necessário partir de um processo histórico. Essa é uma parte fundamental.

Contudo, é preciso atentar para outras questões, ou para a maneira como alguns estudiosos procuraram responder à pergunta inicial. Em *Palavras-chave*, Raymond Williams (2007: 41) chamou atenção para a construção de conceitos a partir de contextos históricos. Ao definir a proposta de sua obra, declarou que

a ênfase não recai apenas nas origens e nos desenvolvimentos históricos, mas também no presente – significados, implicações e relações presentes – como história. Com isso se reconhece, como deve ocorrer em qualquer estudo da língua, que há efetivamente uma *comunidade* – uma palavra difícil – não é a única descrição possível dessas relações entre o passado e o presente; que há mudanças radicais, descontinuidades, conflitos, e que tudo isso está em questão e, a rigor, ainda se produz.

Para Williams, a inserção de uma palavra em seu vocabulário fazia parte da percepção desta como um conceito formulado a cada tempo, baseado nas preocupações do presente e não apenas nas redes de significados agregadas ao longo do tempo. Nesse sentido, avaliar o processo de construção do conceito de *cabra* deve necessariamente voltar a uma análise etimológica – a partir da origem da palavra, mas também baseada em sua evolução histórica – para perceber como esse termo agregou novos significados ao longo dos anos. Ou seja, o autor entende que os termos têm seus significados apresentados numa escala evolutiva.

De acordo com o Dicionário Português,

cabra

(latim *capra*, -ae)

s. f.

1. [Zoologia] Mamífero ruminante cavicórneo.

2. Fêmea do bode.
3. Pequeno guindaste.
4. [Entomologia] Insecto semelhante à aranha e que anda à tona de água. = ALFAIATE, CABRA
5. [Ictiologia] Peixe do género triglo, também conhecido por cabrita ou cabrinha.
6. [Gíria] Sineta da Universidade de Coimbra para anunciar as aulas.
7. [Botânica] Árvore de São Tomé.
8. [Informal, Depreciativo] Mulher de mau génio ou que berra muito.
9. [Informal, Depreciativo] Prostituta, rameira.
10. [Regionalismo] Bebedeira.
11. [Informal] Eritema das pernas provocado pelo calor do lume ou da braseira.
- s. 2 g.
12. [Brasil] Mestiço filho de mulato e negra ou vice-versa.

cabrão

s. m.

1. Macho da cabra. = BODE
2. [Calão, Figurado] Marido que consente que a mulher seja adúltera. = CORNO, CORNUDO
3. Cabrinha (peixe).
4. Cabra grande.
5. Criança berrona.

O dicionário ainda aponta um significado do termo no Brasil: 12. [Brasil] Mestiço filho de mulato e negra ou vice-versa. A relação com a mestiçagem também é associada ao *cabra* no dicionário brasileiro Aurélio, o qual, traz três definições para o termo, sendo a segunda a que relaciona à parte da população como tradução deste.

Cabra¹, s. f. mamífero ruminante, fêmea do bode; inseto semelhante à aranha e que anda à tona da água; pequeno guindaste; (pop) mulher dissoluta; (fig) mulher de mau génio, que berra muito; sineta que, na Universidade de Coimbra, anuncia o começo e o fim do trabalho escolar diário.

Cabra² s. m. (Bras.) mestiço, filho de mulato e negra e vice-versa; (V. Capanga); valentão; cangaceiro; indivíduo; morador de propriedade rural.

Cabra³, s. f. Árvore da Ilha de São Tomé (*Trema guineensis*).¹

Produzido após 1971, ano da Lei 5.765 que determinou novas regras ortográficas, o dicionário já carrega as principais definições para o termo *cabra*, se referindo ao homem, e não ao animal. O importante nesse verbete, todavia, é a percepção de que o termo *cabra*, ao ser relacionado a partir de três matrizes, já apontava para a sua institucionalização na língua portuguesa em sua vertente brasileira. Ou seja, a construção deste enquanto conceito, na

¹ Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Supervisionado e consideravelmente aumentado até a décima edição por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira com assistência de Jose Baptista da Luz, 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

segunda metade do século XX, se mostrava como a parte final do processo que aludia ao século anterior.

No Brasil oitocentista, a referência ao *cabra* foi agregada de significados. Gladys Ribeiro (2002: 15) afirma que no Rio de Janeiro, quando da abdicação de D. Pedro I, em 1831, uma série de revoltas e manifestações tomaram a corte imperial, questionando a presença-participação portuguesa e tomando a identidade nacional como um dos eixos do conflito antilusitano. Segundo a autora, no episódio que ficou conhecido como “noite das garrafadas”,

alguns europeus, suspeita-se que dentre eles marinheiros e caixeiros, começaram a insultar os “brasileiros” chamando-os de “bodes”, “cabras” e outros impropérios; gritavam ainda “mata, mata os cabras”, e davam “morras ao Repúblico e ao Tribuno”.

Era, ao cabo, um impasse entre os espaços da população ‘de cor’ e uma população que se considerava ‘branca’, que não pretendia partilhar espaços de igualdade, e, ao mesmo tempo, vivia atormentada pela possibilidade de uma revolta negra. Não apenas eles, mas todos os segmentos apresentavam conceitos de liberdade bastante distintos.

A referência ao *cabra* trazida por Gladys Ribeiro (2002: 361) estava ligada a acontecimentos históricos, que, se vinculavam a uma percepção pejorativa sobre determinada parcela dos trabalhadores, marcou o termo com novos significados, e novos entendimentos entre a identidade de ‘ser brasileiro’ e ‘ser português’. No caso de seu estudo, o contexto e as especificidades do Rio de Janeiro, era uma questão racial e também nacional: “passou-se a entender o ‘português’ como o ‘outro’, ameaçador da nacionalidade em construção”.

Quando tratado em relação ao Nordeste, o termo *cabra* aparece com significados múltiplos e diferenciados, de acordo com cada temporalidade analisada. Durval Muniz (2000: 25), em artigo intitulado *Cabra macho, sim senhor!: identidade regional e identidade de gênero no Nordeste*, discutiu o elemento masculino, *cabra macho*, a partir do questionamento da maneira como o discurso freyreano caracterizou o nordestino, mostrando, assim, “como se cruzam na definição da nordestinidade uma identidade regional e uma identidade de gênero”.

Entretanto, documentos produzidos no século XIX para o Ceará, e mais especificamente para o Cariri Cearense, apontam que a construção desse conceito parte de situações históricas que, conforme a óptica de determinada época, construíram ou

modificaram a visão sobre o *cabra*: qual categoria da população agrega e que tipos de significados são associados a ela.

Em estudo sobre a Família Escrava, para a dissertação de mestrado, encontrei nos inventários *post-mortem* de senhores do Cariri Cearense a descrição de escravos cabras, ou de nação cabra, entre as demais categorizações. Entre os anos de 1806 a 1884, foram contados, dos cativos, entendidos como nacionais, 377 cabras, 285 mulatos, 299 crioulos, 33 pretos, 37 pardos e 25 caboclos. A classificação no arrolamento estava relacionada à tonalidade da pele bem como características físicas dos escravos – descendência de nativos, africanos ou, até mesmo, mistura com europeus. Todavia, é de surpreender o grande número de cativos assim classificados, sobretudo entre 1850 a 1884, quando 38,2% dos cativos foram arrolados com designação de *cabra*.

Concomitantemente, outros segmentos da sociedade eram também qualificados como *cabras*. Nos ofícios elaborados pela Câmara Municipal do Crato, desde 1830, os habitantes da área rural do Cariri Cearense, os chamados sítios, receberam a mesma denominação. Nesse caso, porém, foi acrescida uma leitura sobre eles, indicando serem homens de cor, ‘moradores nos pés-de-serra’, entendidos como fanáticos, perigosos e violentos. Com relação aos trabalhos que desempenhavam, eram vistos como os trabalhadores ligados à agricultura, em especial do plantio da cana, e, no mais das vezes, agregados, vivendo nas margens das terras dos senhores.

Sua notoriedade, nesse momento, deveu-se a adesão e participação no evento político que ficou conhecido como *Guerra do Pinto Madeira*, um movimento político em prol do retorno do Príncipe Regente, D. Pedro I, ao trono brasileiro, iniciado em 1831; embora os interesses dos *cabras* não fossem necessariamente os mesmos dos senhores a quem estes acompanhavam (como será discutido no segundo capítulo). Suas reivindicações, ao que as fontes indicam, tinham caráter eminentemente local, e não nacional.

Após esses acontecimentos, a referência ao *cabra*, no restante do século XIX, foi pautada por uma construção ainda mais pejorativa, partindo não apenas de uma ordem psicológica, mas também social. No jornal *O Araripe*, veiculado na região sul Cearense, entre os anos de 1855 a 1864, o termo foi invariavelmente apresentado para designar homens sem valor social, de tendência violenta e pessoas que perderam, ou não tinham, credibilidade.

Assim como esse periódico, outros, como o jornal *Vanguarda*, que circulou entre 1877 e 1888, *A Liberdade*, de 1869 e *A voz da Religião*, de 1868 a 1870, também ajudavam a

disseminar a visão sobre os homens que eram chamados *cabra*. Em todos eles, a relação era feita entre os homens de cor, geralmente apresentados por seus apelidos – irmãos Calangros, Lopes, Viriatos, e a existência de grupos de ‘facinorosos’ e ‘criminosos celebres’, bem como o desrespeito à propriedade privada e à vida coletiva. O intuito foi comumente denunciar a falta de ordem e o descaso das autoridades, sobretudo *A Liberdade*, *O Araripe* e *Vanguarda*, jornais de cunho liberal.

Outro documento, nesse caso de procedência jurídica, que fazia constantes referências a esses homens, eram os processos criminais. Via de regra, tomados como homens perigosos e aptos a crimes, os *cabras* foram citados sempre no lugar dos réus. Eram os homens designados com alcunhas, geralmente derivado de alguma particularidade física ou moral, ou mesmo do tipo de serviço que desempenhavam: João canela fina, José Machado, Pedro Favella, entre outros. Nos processos, os relatos tomavam sua condição de *cabra* como fato motivador, ou mesmo justificador, para o delito, qualquer que fosse sua natureza.

Por fim, a referência sobre o *cabra* foi consolidada na leitura e escrita sobre os homens assim designados, a partir da segunda metade do século XIX. A literatura produzida no Cariri Cearense, contudo, variou conforme o tempo em que foi escrita e o que se tencionava dizer desses homens. Nesse caso, as narrativas iam do medo à lembrança saudosa dos tempos em que esses homens – vistos como tipos exóticos e já ‘extintos’, no momento da escrita - marcavam a vivência da sociedade.

Nesse bojo, obras de memorialistas, livros da história local, dicionários de verbetes populares, entre outros, foram espaços em que o *cabra* – tanto o termo quanto os homens que eram caracterizados por ele - foi discutido e lembrado.² De modo que até o final do novecentos foram criadas distintas percepções em torno desses homens e, conseqüentemente, do termo que os qualificava. Nesse processo, o termo se tornou conceito com base no que foi vivenciado e no que foi interpretado pela sociedade em cada época.

Dessa maneira, o que se apresenta nessa tese é que o *cabra* não tem seus sentidos, ou significados, formados evolutivamente. As situações históricas, bem como a memória sobre elas, moldaram – como ainda o podem fazer - o *cabra* de acordo com as pretensões presentes e futuras. O *cabra*, enquanto conceito, é o resultado, a cada leitura feita, de um momento histórico e do que a sociedade lembra de outros momentos; trazendo a essa construção

² Dentre os autores, podem ser citados: José Alves de Figueiredo, José de Figueiredo Filho, Paulo Elpídio de Meneses, Irineu Pinheiro e Tomé Cabral.

significados não necessariamente contemporâneos, mas os que fazem sentido à construção de cada tempo.

Para a construção desse conceito, de forma a compreender os elementos e as forças da história, é preciso considerar que ele é fruto da Era Moderna. Ou seja, é resultado de um tempo em que não somente as histórias acontecem, mas o próprio tempo é visto como elemento que as molda. Ele surge a partir das interpretações feitas utilizando variadas percepções sobre o termo e se valendo de distintas temporalidades em que este foi utilizado como significante de situações sociais.

Reinhart Koselleck (2006: 109) afirmou que “embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. Trata-se, para o autor, da transformação de uma palavra, resguardada por seus significados, por meio de um contexto, falado ou escrito, e das situações sociais que incidem, em determinado momento, sobre ela.

Avançando em sua teoria, ao pensar sobre a formação do conceito de História, Koselleck (2013: 39) considerou as mudanças trazidas pela Era Moderna para a compreensão e construção dos conceitos:

desde o século XVIII existe uma “História propriamente dita”, que parecia ser seu próprio sujeito e seu próprio objeto, um sistema e um agregado. (...) Uma das características estruturais dessa nova História é que ela reduziu a um mesmo conceito a contemporaneidade de coisas não contemporâneas, ou a não contemporaneidade de coisas contemporâneas – aproximando-se também aqui ao progresso. Isso é válido não só no sentido evidente de que toda e qualquer narrativa traz o passado para o presente, eliminando, dessa forma, as diferenças temporais que tematiza.

História é pensada como um conceito na medida em que a rede de significados desta palavra se reorganiza a partir de experiências e expectativas. Não em sentido cronológico ou linear, mas significados de tempos diferentes interagindo com as situações político-sociais, e, portanto, históricas, na construção do conceito. Tornando, assim, o não-contemporâneo contemporâneo.

Mais do que isso, a História foi entendida como conceito pela dimensão política e social que tinham seus significados e pelo fato de estar saturada de experiência. Essa percepção apenas tem sentido porque ao trazer o passado como significante dos acontecimentos e aliá-lo ao presente, é necessariamente realizada uma projeção para o futuro.

Em outras palavras, para Koselleck (2013: 40), o que se tem como conceito de História apenas se torna uma percepção mais abrangente quando a ele vincula-se à “expectativa de um futuro planejável”. O conceito, dessa maneira, passa a existir quando a ele se ligam experiências e expectativas, passado e futuro.

Da mesma forma, a construção do conceito do *cabra* passa pela dimensão futuro passado. *Cabra*, com o passar do tempo, foi sendo agregado de significados à medida que situações sócio-políticas e históricas deram novas formas e percepções ao termo. A passagem de palavra a conceito, nesse sentido, ocorre historicamente quando *cabra* passa a ser relacionado às movimentações de uma parcela da população do Cariri Cearense de cada época, passando a identifica-los, e, assim, a ela agregando novos e diferentes significados. Contudo, esse processo apenas se consolida graças ao tempo.

A referência ao *cabra* como uma condição social é um produto do século XIX, ou, mais especificamente, do período imperial. Resulta dos esforços acerca da tentativa de organização dos trabalhadores livres pobres e dos escravizados. Por outra, também resulta da necessidade de criar e manter uma ordem social hierárquica, onde os espaços de movimentação seriam definidos socialmente. Essa definição, contudo, era uma questão nacional, e não local. Estava marcada pela percepção das autoridades e elites senhoriais em fazer dos oitocentos o tempo de construção da nação brasileira.

Todavia, para alcançar tal objetivo, esse processo, ou essa mudança, tinha de se desvincular, primeiramente, das heranças coloniais. De acordo com José Murilo de Carvalho (2013: 18), os portugueses deixaram uma “população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira”. Mesmo não tendo, na época, clareza quanto aos reais problemas herdados, as autoridades e elites do Brasil sabiam que ajustes tinham de ser feitos, sobretudo a respeito da população. Entendiam, pois, esse momento como o ideal para corrigir os ‘erros’ do passado colonial, embora não houvesse consenso quanto a natureza dos equívocos (econômicos, políticos e sociais) e menos ainda quanto as soluções a serem tomadas.

O ponto mais controverso das discussões nesse período era a permanência da escravidão, assim como nos três séculos de dominação portuguesa. Para uma parte da sociedade, não havia como construir uma nação sem a extinção do trabalho escravizado. Empenhado em por fim a essa marca, José Bonifácio de Andrada, em 1823, questionou:

porque os Brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão e da Religião cristã, e direi mais, da honra e brio Nacional? Pois somos a única Nação de sangue Europeu, que ainda comercia clara e publicamente escravos Africanos.³

A afirmação do Brasil como nação, na percepção de Andrada, estava relacionada à extinção do escravo africano, que, para ele, não oferecia possibilidades de progresso econômico ou social, uma vez que potências mundiais, como a Inglaterra – com quem o Brasil assinara acordos comerciais e políticos no século XVIII – tinha interesses no fim do trabalho escravizado.

Aliado a isso, pessoas de condição jurídica escrava não poderiam ser vistas como ‘cidadãs’, o que, no caso brasileiro, apontava para uma de suas maiores contradições: a manutenção da escravidão numa monarquia que se dizia de base liberal. Ainda conforme Carvalho (2013: 21): “escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física, à liberdade e, em casos extremos, à própria vida”. Não apenas por serem economicamente entendidos como ‘mercadoria’, mas as próprias condições de vida e trabalho destituíam esses trabalhadores da participação na sociedade como cidadãos. Todavia, essa situação não se restringia aos escravizados.

Partilhando o mundo do trabalho com os cativos, existia uma população que, apesar de legalmente livre, não dispunha de quase todas as condições básicas para o exercício dos direitos civis. A eles não recaía o próprio sentido do termo: a igualdade de todos perante a lei. Tecnicamente, aos trabalhadores livres e pobres restava apenas sua condição de pessoa livre para diferenciá-los dos escravizados. Não tinham acesso à educação, dependiam, em geral, de um senhor que os concedesse moradia, trabalho e defesa dos arbítrios do governo e também de outros senhores (CARVALHO, 2013: 21). Todavia, quanto ao estado de sujeição a um senhor, este terminava por destituir os trabalhadores da condição de cidadãos e igualá-los na luta pela liberdade, qualquer que fosse o seu sentido.

Outro problema que recaía sobre o Brasil em formação, e como José Bonifácio de Andrada alertou em seu pronunciamento de 1823, estava relacionado à mestiçagem. Esta se traduzia, para o intelectual, na mistura do sangue Europeu, que entendia próprio da ‘nação’ brasileira, ao sangue do negro africano e também do nativo. A questão estava assentada na

³ BRASIL. Senado Federal. *Abolição no parlamento: 65 anos de luta*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988. 2 v, p. 17.

percepção da raça – termo que personificava o preconceito com base na cor e que, nesse momento, era entendida como uma teoria científica – como um problema para a nação brasileira, então nascente.

Hebe Mattos (2009: 355 - 367) lembra que “quando se definiu a cidadania brasileira e os direitos a ela vinculados, na emancipação política do país, em 1822, o Brasil comportava uma das maiores populações escravas das Américas e a maior população livre negra do continente”. Constitucionalmente (1824), ficou mantida a escravidão, o que causou ainda mais embaraços à ordem social. Como os termos preto e crioulo – este entendido como escravo nascido na América - passaram a ser utilizados para designar a população escravizada, a referência à mestiçagem acabou sendo compreendida como uma caracterização do cativo no Brasil. E, assim, pessoas “de cor” e liberdade passaram a ser entendidas como expressões contraditórias.

Para a população “de cor” livre ficava o impasse da necessidade constante de provar sua condição. De acordo com Wlamyra Albuquerque (2006: 145),

comumente as autoridades policiais abordavam libertos nas ruas sob suspeita de serem escravos fugidos e nessas ocasiões a apresentação das cartas podia evitar prisões. Além disso, a escravidão ilegal de pessoas livres era sempre um risco que corria o negro ou o mestiço, uma vez que, no auge da escravidão, ser negro era sinal de ser escravo, até prova em contrário.

Todavia, a prova da condição de liberdade, aos poucos, ia se mostrando mais fácil para uns do que para outros. A tonalidade da pele do indivíduo contava muito para a sua distinção como livre ou não. Klein e Luna (2009: 474) ressaltam para a sociedade de Minas Gerais e São Paulo, no século XIX, que “miscigenação e preconceito trabalhavam de mãos dadas no favorecimento de um aumento acentuado na classe de pardos livres”. Enquanto que os mestiços mais próximos aos negros tinham, conseqüentemente, menos oportunidades.

De outra parte, entre as questões políticas geradas pela independência - como a chamada Confederação do Equador,⁴ ocorrida no Ceará – e as revoltas e motins gerados pela abdicação de D. Pedro I, a partir de 1831, tomou evidência, para a sociedade da época, de forma mais específica a sul cearense, o despreparo dessa população livre ‘de cor’ ao ingresso no rol de cidadãos brasileiros. Embora essa visão distorcida das elites tenha sido bastante propagada, Gladys Sabina (2002: 92) afirma que o interesse dos homens de cor nas lutas das

⁴ Movimento emancipacionista e republicano, ocorrido em 1824 no Nordeste brasileiro e que tinha como centro irradiador a província de Pernambuco. Foi, em suma, uma reação à outorga da Constituição que a via como uma extensão da tendência absolutista e da política centralizadora do governo de D. Pedro I.

décadas de 1820 e 1830 tinha outras matrizes. No jornal *O Homem de cor*, “no número 4, o redator dizia que o movimento de 7 de abril [de 1831] foi apoiado por muitos mulatos, que nada ganharam, mas que eram os verdadeiros defensores da Constituição, da Pátria e da Liberdade.”

No entanto, enquanto no restante do Brasil os homens de cor lutavam pela independência brasileira como um caminho para a sua liberdade e cidadania, os livres pobres ‘de cor’ do Cariri Cearense aderiram, contraditoriamente, o lado monárquico do conflito. De acordo com Irineu Pinheiro (2010: 88), nessa região Joaquim Pinto Madeira promoveu o levantamento da bandeira portuguesa na vila do Crato e introduzindo “na gente do seu séquito e no povo rústico um cisma político”.

José de Figueiredo Filho (2010: 21), ao escrever sua História do Cariri, no volume III, apontou que Pinto Madeira e o Padre Antônio Manuel de Sousa foram “aliciando sertanejos, os quais, a falta de armas de fogo, em grande parte se muniam de cacetes em cujo manejo eram afamadamente amestrados”. Ainda conforme o autor,

essa arma empregada pelo antigo Vigário de Jardim era corriqueira no Cariri canavieiro de então. Constituíam-se verdadeiro esporte do trabalhador dos engenhos. Manejava o cacete, com precisão admirável, conseguindo o CABRA (sic) que o usava, a defender-se contra outro, armado de faca ou facão.

A adesão da população livre e pobre - entendida como inculta, porque moradora na área rural e, geralmente, agregada a um senhor, e deste obediente - nos conflitos contra os liberais, que se diziam em favor da ‘Causa do Brasil’, foi tomada como a manifestação de inadaptabilidade dessa parte social à plena na cidadania, uma vez que não aderiram a luta pela independência do poder político de Portugal (RIBEIRO, 2002: 50 - 54). Mais ainda, foi nesses conflitos que o código de vida e conduta no sertão – a sujeição de livres pobres e escravos ao seu senhor, bem como os usos que estes faziam dessa dependência – apresentou o que as elites e autoridades brasileiras consideraram o vazio da população.

O fato desses homens, participantes dos eventos políticos de 1831, estarem ligados ao mundo rural, contrariamente a população do sul brasileiro, sobretudo da Corte Imperial, que estava alocada no espaço urbano e, em virtude disso, imbuída de trabalhos alheios ao eito, pesou em sua caracterização e na construção de um rótulo [cabra] vinculado ao serviço manual, pesado; o trabalho agrícola. Por outro lado, é factível pensar que o espaço em que viviam marcaria, de uma forma ou de outra, suas experiências.

Em *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997: 14) apontou para a relativa ‘dispensabilidade’ econômica do homem livre pobre, quase sempre, o agregado do senhor, na formação de uma existência moral e política muito semelhante a do cativo. É, nas palavras da autora, ‘presença ausente’ da escravidão. “Formou-se, antes, uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens à rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”.

Jessé Souza (2012: 122), em *A construção social da subcidadania*, aponta para a “definição de um padrão de (não) reconhecimento social muito semelhante àquele do qual o próprio escravo é vítima, embora oculto sob formas aparentemente voluntárias e consensuais que dispensam grilhões e algemas”. A construção do cidadão, portanto, acabou por excluir e rotular – sob o mesmo estigma – essa população que tinha como ponto de convergência a sujeição a um senhor, fosse como escravo ou dependente, e a vida no sertão.

Assim, a visão sobre esses homens, aliada aos impasses e preconceitos colocados pela permanência da escravidão, tornou-se uma questão decisiva para a formação social brasileira. Mais ainda, a construção histórica do termo e sua transformação em conceito refletem a história da formação da sociedade do Cariri Cearense, com uma estrutura de classes bem definidas, sobretudo para, na construção do conceito de *cabra*, negar a historicidade da desigualdade social.

Em suma, no Cariri Cearense, o preconceito com relação à origem mestiça promoveu uma discriminação com a população de cor, normalmente entendida como egressa da escravidão. No caso dos indivíduos classificados como *cabras* essa relação foi reforçada e remodelada ao longo dos anos. O fato da maioria dos cativos nos inventários post-mortem, sobretudo no pós-1850, ser arrolada como participante dessa categoria e dos homens de cor livres ser, também ao longo desse período, chamados de *cabras* indica uma relação feita por senhores e autoridades locais entre essas duas partes da população. Aos poucos, foram percebidos como uma mesma categoria de classificação social: dos homens de cor, trabalhadores, sujeitos a um senhor. Eram os *cabras*.

Contudo, essa categorização não permaneceu em termos tão simplificados. Sobre essa comunidade acima descrita foram sendo agregadas outras características e valores, conforme o tempo vivido, bem como a memória dos antigos ditava. Assim, foi construído o conceito do *cabra*. Mas este só tem sentido a partir da observação da História Social por trás dele. O

cabra existe na medida em que condições econômicas, sociais e culturais atuam em seu cotidiano e direcionam, de certa maneira, suas ações.

Esta tese, portanto, trata como esse conceito foi criado, ajustado e modificado ao longo do tempo, mas, sem sombra de dúvida, como o tempo aliado ao espaço ajudaram a configurar o conceito do *cabra*. Ou, por outro ângulo, para evidenciar o esforço da classe dominante para “construir uma nova ordem de conquista e expropriação” (LINEBAUGH & REDIKER, 2008: 14). Assim sendo, procuro estabelecer um questionamento em torno do tempo e do espaço e da maneira como eles foram conjugados para dar lugar à construção e imposição de uma identificação - quase sempre negativa - para uma determinada categoria da população.

É, enfim, um olhar sobre a exploração, própria de uma sociedade que procura naturalizar a desigualdade social.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Cabra macho, sim senhor!*: identidade regional e identidade de gênero no Nordeste. Territórios e Fronteiras, Cuiabá - MT, v. 01, n. 01, p. 25-39, 2000.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Breve história política do Juazeiro: do processo de autonomia municipal ao protagonismo regional-nacional a partir de 1914. IN: BARROS, Luitgarde O. C. (org.) *Padre Cícero Romão Baptista e os fatos do Joazeiro: autonomia político-administrativa*. Fortaleza: Editora Senac Ceará, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri. v. III. Coedição Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

KLEIN, H. S. & LUNA, F. V. Pessoas livres de cor numa sociedade escravocrata: São Paulo e Minas Gerais no início do século XIX. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. KLEIN, H. S., LUNA, F. V. & COSTA, I. N. [colaboradores Horácio Gutiérrez... et al.] - São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição para a semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. CARVALHO, José Murilo & NEVES, Maria L. B. P. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NEVES, F de C. Seca na História do Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.) *Uma Nova História do Ceará*. UFC: Fortaleza, 2002.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Coedição Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.